

O desenvolvimento de serviços de bibliotecas em zonas rurais

E. M. BROOME

Libraries Division
Department of Education and Science
London
Grã-Bretanha

Planos nacionais para o desenvolvimento de bibliotecas devem sempre levar em conta os planos de desenvolvimento social e econômico. Na prática, apenas os países em desenvolvimento podem implementar tais planos, e mesmo neles esses planos se desvirtuam frequentemente, transformando-se numa disputa pelos recursos disponíveis. Forçado a competir com outras áreas carentes, o bibliotecário se sente mal preparado e fora de lugar. No entanto, as bibliotecas podem e devem melhorar qualquer outro serviço, contribuindo para a meta final de desenvolvimento. Planos para o desenvolvimento de bibliotecas devem sempre ser apresentados como um plano único do qual farão parte as bibliotecas rurais. É importante que haja centralização do planejamento, o aproveitamento de soluções existentes e a absoluta necessidade de trabalho em cooperação.

A necessidade do planejamento nacional do desenvolvimneto bibliotecário ⁽¹⁾

Nos dez últimos anos, devido principalmente aos esforços envidados pela UNESCO, tem-se tornado cada vez mais comum o debate sobre a necessidade de se fazer o planejamento nacional dos serviços

Trabalho apresentado na oficina sobre bibliotecas rurais organizada pela Nigerian Library Association, Northern States Division, no Kano State College of Advanced Studies, em 27 de janeiro de 1975. As opiniões expressas neste artigo são do autor e não necessariamente as de seu departamento.

bibliotecários de modo relacionado com os planos nacionais de desenvolvimento econômico e social. A série de reuniões de caráter regional patrocinadas pela UNESCO (Quito, para os países sul-americanos; Colombo, para o sudeste da Ásia; Kampala, para África; e, mais recentemente, Cairo, para o mundo de língua árabe) fez desenvolver-se e aperfeiçoar-se a filosofia de planejamento inicialmente proposta por Carlos Victor Penna. Suas idéias, admiravelmente expostas na revisão de seu extenso ensaio original por P. H. Sewell e Herman Liebaers, publicada como um dos manuais da UNESCO (2), adquiriram realidade e significado graças a essas reuniões e dentro em breve terão um destaque novo e mais prático no **Handbook on the Planning of Library and Information Services**, o qual está sendo organizado por C. V. Penna, junto com P. H. Sewell e D. J. Foskett, a partir de material fornecido por bibliotecários de muitos países, e que será editado pela UNESCO até o final deste ano.

Na prática, a aplicação dessas idéias tem sido limitada, por mais importantes que sejam e apesar do interesse que despertaram. Isso é compreensível no mundo ocidental, onde as complicadas economias dos países mais desenvolvidos e as bases ideológicas de seus governos não lhes dão condições imediatas de preparar e implementar planos nacionais de desenvolvimento. Mesmo, porém, naqueles países em desenvolvimento, em que o planejamento nacional foi corretamente encarado como uma solução para o problema da distribuição de recursos limitados entre uma massa de demandas conflitantes e de assegurar o mais rápido progresso para o maior número de pessoas, talvez seja discutível se o planejamento nacional foi sempre compreendido e aplicado de forma adequada. Muito freqüentemente o processo de planejamento é considerado pelos diferentes departamentos e órgãos do governo como nada mais do que uma harmonização de suas demandas com os recursos disponíveis; um grande processo de barganha em que cada departamento procura conquistar a maior fatia possível do bolo nacional. O processo de planejamento deve ser muito mais do que isso. Idealmente, deve preocupar-se com a identificação das áreas carentes, a classificação das necessidades em categorias de prioridade e a orientação de todos os recursos e serviços do governo para o atendimento dessas necessidades.

Além de garantir que os recursos sejam canalizados para as áreas de necessidades mais urgentes e que a isso acompanhe um programa equilibrado, a abordagem corporativa do planejamento tem bom sentido prático e econômico. A duplicação esbanjadora de recursos jamais poderá ser totalmente eliminada, mas pode ser reprimida e os projetos de diferentes serviços ajustados uns com os outros, de modo a formar um todo coerente. A vida moderna é

tão complexa e seus diferentes elementos tão inter-relacionados e interdependentes que os planejadores devem trabalhar juntos. Por exemplo, o planejamento de uma instituição de ensino superior deve levar em conta todos os aspectos da proposta. Não somente deve o planejador educacional assegurar-se de que haverá um número suficiente de candidatas para a instituição e de professores para equipá-la, como também a equipe de planejamento deve certificar-se de que existem oportunidades adequadas de emprego para seus produtos e de que sejam tomadas providências para que exista toda uma gama de serviços de apoio: transporte, estradas, esgotos, água e eletricidade, moradias e, naturalmente, serviços bibliotecários. Valime de um exemplo comparativamente simples, mas quase todo tipo de projeto tem implicações no que se refere à provisão de serviços bibliotecários. Com que freqüência é isso lembrado e reconhecido? Com que freqüência o bibliotecário é chamado a participar do processo de planejamento?

O papel do bibliotecário no planejamento do desenvolvimento nacional

Em face da tendência ao planejamento do desenvolvimento, os bibliotecários têm mostrado uma surpreendente timidez. Há inúmeras razões para isso, mas apresentarei as duas mais evidentes. Primeiro, com freqüência os bibliotecários se sentem mal preparados pelo tipo de treinamento que receberam. A grande maioria dos bibliotecários tem uma formação básica em Humanidades e até recentemente pelo menos o ensino profissional e o treinamento que recebiam não conseguiam ensiná-los a contar. Queiramos ou não, o processo de planejamento requer a habilidade de compreender e manipular números. Às nossas aptidões como bibliotecários devemos acrescentar algumas das aptidões do cientista social, do estatístico e do economista. Em segundo lugar, o sentimento de insuficiência do bibliotecário é reforçado se o processo de planejamento é visto como nada mais do que um jogo de barganha. Se assim é que é interpretado o planejamento, então o bibliotecário terá razão de temer um provável fracasso. Um bibliotecário não pode recorrer aos argumentos emocionais (quase se poderia dizer chantagem) que podem ser usados pelos responsáveis pela provisão de moradia, abastecimento de água, esgotos, serviços de saúde ou até a educação.

A justificativa para inclusão dos serviços bibliotecários em qualquer plano de desenvolvimento é mais sutil. Deriva da necessidade de um

programa equilibrado e da contribuição que as bibliotecas podem dar ao desenvolvimento de toda uma gama de serviços e, na realidade, à consecução dos objetivos globais do próprio plano nacional. Os bibliotecários, talvez mais do que qualquer outro servidor público, têm condições de demonstrar a capacidade que têm de realizar isso.

Quaisquer que sejam os objetivos selecionados do plano de desenvolvimento — seja o desenvolvimento de mão-de-obra de alto nível, a expansão da indústria ou do setor comercial, a melhoria da vida nas comunidades rurais, seja a expansão das forças armadas —, em todos esses casos, e em quase todos os outros que se queira nomear, deve ser possível ao bibliotecário atento e imaginativo mostrar-se responsável e assegurar que os serviços bibliotecários desempenhem seu papel. Há uma ressalva que quero fazer. O bibliotecário terá melhores condições de fazer isso se os serviços bibliotecários do país se desenvolverem como um todo integrado. Se o bibliotecário da biblioteca pública, o da biblioteca universitária e o da escolar tiverem de justificar suas razões separadamente, estarão assim sendo aumentadas as dificuldades para apresentar uma razão convincente.

Se competem entre si, uns passando os outros para trás, alegando que sua instituição específica é a que tem melhores condições, por exemplo, para satisfazer a necessidade de um serviço nacional de referência (**referral**) ou um serviço de bibliotecas escolares, perderão credibilidade, e os recursos postos à sua disposição, repartidos entre várias instituições isoladas, não serão suficientes para que se proporcione um serviço amplo e eficaz.

Despendi certo tempo tratando do problema do planejamento geral do desenvolvimento bibliotecário, em parte, porque o considero da maior importância e, em parte, porque seria o máximo de leviandade tentar analisar o desenvolvimento de bibliotecas rurais sem o incluir no contexto destas considerações mais amplas. Colocarei mais dois casos e depois passaremos ao essencial.

Em primeiro lugar, o que faz o bibliotecário que se encontra num cargo em que serve a um governo que não possui objetivos de política expressos e que persiste em considerar o planejamento como algo apenas um pouco diferente de um jogo de barganha? Sob certos aspectos sua tarefa é mais fácil: inexistente a disciplina que sobre ele exerceria o processo de planejamento e ele tem liberdade para determinar suas próprias diretrizes e objetivos. E se conseguir realizar isso de forma eficaz é provável que tais diretrizes e objetivos destaquem-se qual luminoso farol por entre todo o caos e tenham uma chance razoável de conquistar aceitação. Em segundo lugar, a concorrência é dividida, sendo, portanto, muito mais fácil de ser supe-

rada, mas isso significa que ele deve ser especialmente ativo no conquistar amigos. A ausência de qualquer mecanismo formal de discussão e consulta obriga-o a surgir no momento oportuno e convencer separadamente os diferentes chefes de departamentos do valor da contribuição que as bibliotecas podem proporcionar a seus serviços específicos.

No extremo oposto encontra-se o bibliotecário que se defronta com objetivos globais que não estão de acordo com aqueles que ele supõe que sejam os melhores para seu serviço. Não há uma resposta fácil para isso. Flexibilidade é a palavra de ordem nessa situação. Flexibilidade mais habilidade em defender pontos de vista. Em última análise, contudo, o bibliotecário deve aceitar o fato de que ele é um funcionário e que seu dever é estruturar programas que contribuirão para os objetivos gerais selecionados pelo governo. Se ele não gostar disso, então, só lhe restam duas opções: curvar-se e decidir lutar de novo numa ocasião mais oportuna ou procurar outro emprego. No entanto, na prática, a maioria dos planejadores dará atenção a raciocínios bem fundados e, se o programa exigido para o saudável desenvolvimento do serviço bibliotecário não for absolutamente incompatível com os objetivos gerais do plano de desenvolvimento e puder comprovadamente proporcionar uma base saudável que permitirá que os serviços bibliotecários dêem uma contribuição eficaz para esses objetivos em data posterior, então ao bibliotecário poderão ser concedidos os recursos para prosseguir. Talvez eu possa exemplificar isso melhor com uma citação extraída de um documento referente ao segundo plano de desenvolvimento do Serviço de Bibliotecas de Tanganica:

“Ao se dar prioridade ao desenvolvimento de bibliotecas urbanas, durante o primeiro Plano Quinquenal, assumiu-se um risco calculado no sentido de que as demandas por outros tipos de serviços (rural, escolar, especializado e governamental) poderiam ser contidas e que o trabalho nesses setores poderia limitar-se ao planejamento futuro.

Este raciocínio ainda parece correto, mas inevitavelmente o planejamento de futuros serviços de bibliotecas escolares e especializadas agora está extravazando para situações em que se faz necessária uma ação, e as alterações na situação política cada vez mais solicitam a comprovação de que o Serviço de Bibliotecas de Tanganica é capaz de proporcionar um serviço às áreas mais rurais do país. É possível que brevemente tenhamos de aceitar a lógica dessa nova situação e optar por uma ação mais lenta numa frente mais ampla, agora que a rápida arremetida planejada para alcançar o cerne da questão atolou-se nas insuficiências de recursos financeiros.

Ainda existe uma oportunidade de remediar a situação realizando-se o que equivale essencialmente a uma operação de contenção nos campos do desenvolvimento de bibliotecas escolares, rurais e especializadas, e agilizando o programa de desenvolvimento de bibliotecas sucursais, de modo a possibilitar o seu andamento num ritmo bem mais rápido. Isso funcionaria assim:

a) **Desenvolvimento urbano.** O programa de construções nas cidades deve ser reduzido e limitado a seis centros populacionais mais importantes.

b) **Bibliotecas rurais.** Pretendeu-se originalmente que se daria ênfase no segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento à expansão do serviço de bibliotecas às áreas mais rurais do interior do país, baseada nas bibliotecas sucursais implantadas nas cidades durante o primeiro Plano Quinquenal. O atraso na implantação das bibliotecas sucursais provocou o adiamento do planejamento de uma experiência com a qual se contava. Ainda é necessário e é provavelmente no interesse de um planejamento antecipado eficiente que o desenvolvimento do serviço rural terá de se fazer de forma mais restrita e cautelosa do que foi originalmente concebido" (1).

O controle do desenvolvimento bibliotecário

Finalmente, acho ter dito o bastante para indicar que acredito que nos países em desenvolvimento, principalmente, a responsabilidade pela provisão de serviços de bibliotecas de todos os tipos deve ser conferida a um único órgão dirigente que conte com um diretor executivo que seja suficientemente forte. É irônico que num momento em que os países mais desenvolvidos reconheceram, em maior ou menor extensão, a necessidade de coordenar e integrar seus serviços bibliotecários, tantos países em desenvolvimento estejam repetindo os mesmos equívocos cometidos na Inglaterra e outros lugares, ao terem permitido que os serviços bibliotecários se desenvolvessem isolados uns dos outros. Reconheço que existem riscos na centralização — partes de um serviço fragmentado podem florescer (embora muitas vezes em detrimento de outras), enquanto que um serviço único nas mãos de um diretor ineficiente só pode assegurar um nível de atuação uniformemente inferior. Entretanto, na realidade, é muitas vezes mais fácil encontrar um homem competente, com as necessárias aptidões, experiência e imaginação do que encontrar vários deles, e se esse homem for colocado no cargo de supervisor geral, então, todos os setores do serviço prosperarão. No mínimo, se politicamente não for viável um único serviço integrado, então deverão ser reunidos

tantos tipos diferentes de serviços bibliotecários quantos sejam possíveis, criando-se um mecanismo de coordenação que os vincule a serviços organizados separadamente.

A seleção de prioridades

Tratemos agora de assuntos mais específicos. O bibliotecário, diante do problema de planejar o desenvolvimento de um novo serviço, raramente parte de uma situação completamente vazia. Sua primeira tarefa deve ser, portanto, examinar o que já existe e decidir quais os elementos que devem ser descartados, quais os que devem ser conservados e ampliados e quais os que devem ser colocados em situação de observação e manutenção. Creio que posso exemplificar melhor esse aspecto mencionando o que encontrei ao chegar à Tanzânia em meados de 1963. A comunidade ismaelítica da Tanzânia havia desenvolvido o que equivalia a um serviço de alcance nacional, com pequenas bibliotecas e salas de leitura em cada centro urbano. Desde a independência, tinham estado abertas a qualquer um, independente de raça ou credo, porém todas as que visitei estavam situadas dentro de centros religiosos e sociais e muitas vezes seu acervo consistia quase que exclusivamente de livros e periódicos escritos em gujerati. Não tive dificuldade alguma em descartá-las como base do novo serviço. Já mais difícil foram as bibliotecas e salas de leitura em centros comunitários, construídas pelo governo e administradas pelos conselhos locais.

Uma ou duas contavam com coleções bastante extensas (compostas principalmente de material inadequado), porém muitas dependiam de caixas de livros proporcionadas pelo serviço bibliotecário administrado pelo East African Literature Bureau. Também essas coloquei de lado, pelo menos por essa vez. Os prédios muitas vezes eram mal localizados (encontrei um com uma bacia de captação formada principalmente das águas do lago Vitória!) e as acomodações disponíveis não se prestavam para os objetivos de uma biblioteca. Além do mais, a reorganização de suas coleções e a provisão dos necessários serviços de apoio teriam dissipado os recursos limitados que tinha à minha disposição e teriam absorvido energia sem criar um alicerce satisfatório para o novo serviço. Durante muitas décadas, o serviço de bibliotecas da Dinamarca vira-se atormentado diante da necessidade de proporcionar apoio a um grande número de bibliotecas de aldeias que eram antieconômicas e insatisfatórias. A situação na Tanzânia não era um paralelo exato, mas eu estava decidido a evitar sobrecarregar o serviço de bibliotecas deste país com uma grande quantidade de pontos de serviço, muitos dos quais nunca poderiam se desenvolver satisfatoriamente. Ao se iniciar um novo serviço é

importante evitar que o mesmo seja visto como um reforço ao fracasso; é absolutamente necessário criar uma nova imagem. Mais tarde, naturalmente, depois de a nova imagem ter sido criada e construídas as necessárias instalações de apoio, é possível rever a situação e incorporar ao serviço os melhores dos centros.

Já me referi ao serviço de caixas de livros. Isto, junto com o serviço postal dos estudantes, foram dois serviços que herdei do East African Literature Bureau. Ambos foram colocados em situação de observação e manutenção, até que dispusesse de pessoal e recursos para sua reorganização. Talvez este seja o lugar apropriado para dizer algumas palavras sobre serviços de caixas de livros, os quais, naturalmente, foram os alicerces do serviço de bibliotecas de condados no Reino Unido. É tentador considerá-los uma solução satisfatória para o problema do atendimento, com recursos limitados, de comunidades rurais bastante afastadas. O seu baixo custo foi na realidade um dos principais argumentos usados para vender a idéia aos conselhos municipais britânicos. Mas, na realidade, estão longe de serem baratos e são quase impossíveis de controlar. Repartir os escassos recursos bibliográficos de um país em desenvolvimento em pequenas coleções e despachá-las para longe e diferentes lugares, a fim de passarem a maior parte do tempo em caixas trancadas, simplesmente não faz sentido (4). É claro que as caixas de livros têm algum valor e, mais tarde, voltarei a tratar de seu emprego adequado.

Finalmente, voltemos à minha herança na Tanzânia. Em duas cidades havia grandes bibliotecas de aluguel. Uma delas, instalada em local construído para esse fim, era um negócio florescente; a outra passava maus momentos e estava semioribunda. Resolvi incorporá-las ao Serviço de Bibliotecas de Tanganica e no devido tempo concluí as negociações necessárias com os seus responsáveis. Uma delas até mesmo trouxe consigo uma bela dotação! Mas essas negociações não foram iniciadas de forma resoluta até que estivesse convencido de que tinha condições de melhorar os serviços que elas proporcionavam. É má psicologia assumir o encargo de um serviço e deixar que ele se deteriore ou até mesmo que continue funcionando da mesma forma.

Requisitos iniciais

Qual é então o primeiro passo a dar para a criação de um sistema de bibliotecas? Em minha opinião deve ser o estabelecimento de uma correta estrutura administrativa e uma forte organização do centro de operações. Enquanto a base não estiver firme não se pode

lançar os postos avançados. Tentar forçar o estabelecimento de bibliotecas sucursais antes de ter sido criada uma adequada organização matriz é uma receita infalível para um desastre. Ao mesmo tempo, é preciso ter sempre em mente que o objetivo do serviço é a provisão de um serviço de bibliotecas **públicas**. Assim como um bibliotecário deve estar continuamente alerta, durante as etapas posteriores de desenvolvimento, para conter o crescimento do pessoal do órgão central, de modo que o máximo possível de recursos possa ser canalizado para o desenvolvimento de serviços diretos para o público, também nas etapas iniciais ele deve evitar deixar-se fascinar tanto pelo esplendor da organização de sua matriz e a perfeição de sua máquina administrativa, a ponto de negligenciar o desenvolvimento dos serviços para cujo apoio foram criados.

Não é preciso aqui entrar em detalhes acerca das medidas iniciais que visam à criação de uma perfeita organização e estrutura administrativa da matriz, mas talvez seja válido enumerá-las rapidamente:

- 1) Estabelecimento do órgão de controle e treinamento de seu pessoal no que se refere a seus poderes e funções e à natureza e finalidade dos serviços bibliotecários.
- 2) Garantia de recursos financeiros adequados e estabelecimento de procedimentos orçamentários corretos.
- 3) Criação de um esquema satisfatório de serviço para o pessoal e adoção de estruturas salariais aceitáveis, que devem ser flexíveis e capazes de expansão à medida que o serviço se expande.
- 4) Recrutamento e treinamento do pessoal.
- 5) Criação de serviços de apoio eficazes: aquisição e processamento de livros; serviços de referência e consulta; transporte.
- 6) Finalmente, a garantia de locais adequados em que tudo isso possa acontecer.

Instalações

Talvez seja conveniente fazer uma digressão e examinar sucintamente o problema de instalações, não só para a unidade central, mas também para as unidades de atendimento do público. É quase certo que a unidade central tenha de começar sua vida em local adaptado, mas é importante garantir que ela não esteja condenada

para sempre a locais inadequados e improvisados. Isso também é válido para os pontos de serviço ao público. Existem inúmeras razões por que eu optaria por locais especialmente construídos, apesar da escassez de recursos financeiros. Em primeiro lugar, na África, os locais que podem ser adaptados para os objetivos de uma biblioteca são poucos e raros. Em segundo lugar, muitas vezes é dispendioso adaptar um local e até mesmo mais caro de contratar pessoal e funcionar. Finalmente, não há dúvida alguma de que o prestígio conta muitíssimo — um edifício novo combina com a nova imagem que se está procurando criar e como uma grande parte do trabalho de um bibliotecário num país em desenvolvimento é vender o serviço, tanto ao público como aos políticos e administradores, isto é o mais importante. Não me recusaria a utilizar locais adaptados; simplesmente ficaria desconfiado e se fossem muito inconvenientes trataria de evitá-los, a menos que houvesse propostas concretas e recursos financeiros para sua breve substituição.

Considerações geográficas

Quando se passa a examinar a instalação de pontos de serviço ao público, surge a questão de onde começar. É comum e tentador colocar o primeiro serviço público na unidade central. Afinal de contas, essa unidade quase sempre está situada na cidade maior e uma biblioteca que a ela esteja ligada estará, portanto, bem à mão, sendo conveniente de administrar. Mas acho que algo deve ser dito a favor de se começar em outro lugar; numa cidade pequena. Uma biblioteca dessas, embora não seja tão fácil de supervisionar, exigirá local menor, absorverá menos recursos e se forem cometidos erros será mais fácil corrigi-los. Ademais, isso demonstra desde o início que o serviço deverá ser de âmbito nacional ou estadual, dá início a um processo competitivo entre dois conselhos municipais, e a inexistência de um serviço na capital cria uma pressão no sentido de recursos adicionais, incluindo um novo edifício, onde é provável que seja mais eficaz.

Em termos gerais existem duas abordagens principais que podem ser adotadas no que se refere ao desenvolvimento de um serviço de alcance nacional. Pode-se proceder região por região, tratando de desenvolver em primeiro lugar uma biblioteca central e a seguir serviços que alcancem as áreas circundantes, antes de se passar para a região seguinte; ou se pode concentrar o desenvolvimento em centros urbanos. Ambas as abordagens são válidas, mas me

inclino a favor da última. Volto a citar o segundo Plano Quinquenal adotado pelo Conselho dos Serviços de Bibliotecas de Tanganica:

“As razões que embasam a decisão de se concentrar na expansão de bibliotecas sucursais, durante os primeiros cinco anos de existência do serviço de bibliotecas, são bastante simples e diretas:

1) Elas proporcionariam um meio de ampliar o serviço para o maior número de pessoas no menor tempo possível e da forma mais econômica.

2) Sua criação demonstraria a natureza verdadeiramente nacional do serviço de bibliotecas e, ao estabelecer uma rede de bibliotecas e bibliotecários, seriam criados pontos focais para o futuro crescimento” (2).

Deveria ter acrescentado duas outras razões:

1) A presença de bibliotecários atuando no campo possibilita mais flexibilidade ao desenvolvimento. Pode-se lançar mão de oportunidades imprevistas de forma tal que não seria possível se o serviço fosse confinado a poucas regiões selecionadas.

2) Os recursos financeiros dos conselhos municipais podem ser interceptados.

Vem-me à mente um exemplo concreto. Num grande centro urbano, após o estabelecimento de uma grande biblioteca sucursal, seu bibliotecário foi estimulado a explorar a possibilidade de expandir o serviço às comunidades vizinhas. Isso resultou no estabelecimento em um pequeno distrito vizinho de uma eficaz subsucursal que era supervisionada e abastecida pela sucursal principal.

Descentralização

Existem inúmeros aspectos que gostaria de colocar antes de passar a examinar a forma que deve assumir a provisão de serviços bibliotecários rurais. Tudo se relaciona com a descentralização — descentralização, que me apresso a acrescentar, da administração, controle e desenvolvimento. Não descentralização de serviços de apoio, como a aquisição de livros, que sempre pode ser feita de modo mais eficaz e econômico quando centralizada. Em primeiro lugar, acho que é importante que a gente de uma cidade veja como sendo sua a biblioteca ali situada. Para tal fim é útil — e útil para o serviço de bibliotecas! — se a cidade puder ser persuadida a proporcionar apoio financeiro. Mas um corolário essencial da garantia do apoio

financeiro local é a formação de comissões assessoras ou conselhos nos quais os habitantes locais possam estar representados e ter alguma influência sobre a maneira como os serviços estão sendo desenvolvidos.

Em segundo lugar, também é importante que, tão logo o serviço de biblioteca seja estabelecido efetivamente numa cidade, o bibliotecário seja estimulado a desenvolver os serviços bibliotecários à volta dessa localidade. Ao agir dessa forma não deve ser dada excessiva atenção às fronteiras administrativas, as quais, se minha experiência é algo que nos pode orientar, tendem a flutuar no tempo e às vezes são inadequadas para as finalidades da biblioteca. É agradável desenhar linhas num mapa, mas isso é um exercício sem sentido na etapa inicial de desenvolvimento. A demarcação só se torna necessária quando os serviços começam a se tocar e superpor, sendo que a maioria dos serviços da África estão muito longe de alcançar essa etapa.

Em terceiro lugar, isto tem implicações para o projeto arquitetônico da biblioteca: os edifícios não devem ser construídos de forma disparatada para áreas tão extensas que nunca poderão servir, mas de forma flexível, de modo que possam ser ampliados de acordo com as necessidades.

A necessidade de serviços rurais

Até agora estive falando sobre o planejamento geral de serviços bibliotecários, a criação dos serviços necessários, administrativos e de apoio, e a necessidade de estabelecer uma rede de pontos de serviço principais nos quais deve basear-se o desenvolvimento de serviços rurais. Que forma devem assumir esses serviços? Existe, de fato, uma necessidade de serviços rurais?

Talvez eu devesse ter colocado essa pergunta no início e me entregue a algumas especulações sobre se se justifica que um bibliotecário aplique recursos escassos na provisão de serviços caros que podem, na melhor das hipóteses, apenas atingir ligeiramente uma pequena proporção da população rural que seja alfabetizada. Trata-se, certamente, de uma questão que acho deve ser discutida, mas me contentarei aqui em sugerir três razões:

1) É responsabilidade do bibliotecário servir às pessoas onde quer que elas se encontrem. (Isso é quase um artigo de fé, que se aproxima muito mais da justificativa que o alpinista dá à sua atividade — “Porque elas estão ali!” — do que de uma explicação racional.)

2) O propósito de desenvolvimento da nação não pode dar-se ao luxo de negligenciar a maioria de sua população do interior. A confiança na educação das crianças como forma de mudar atitudes no prazo de uma geração é um mito. A influência dos pais sobre a criança é muito mais forte do que a do professor e se a nação pretende progredir o que deve ser mudado são os pontos de vista dos adultos.

3) O pequeno número de pessoas que têm alguma educação e que trabalham isoladas nas áreas rurais, separadas dos confortos da cidade, merece apoio e estímulo. O serviço de bibliotecas pode ajudar a amenizar sua sorte levando-lhes materiais de leitura de lazer, para melhorar suas qualificações, e mantê-las a par dos avanços em seus setores de atividades.

Este último ponto é de extrema importância e coloca um problema para o serviço de bibliotecas de um país em desenvolvimento. É provável que a demanda de materiais especializados seja pequena e possa ser mais bem atendida não mediante a formação de coleções separadas, com grandes despesas, que serão pouco utilizadas, mas sim integrando as bibliotecas especializadas existentes em repartições do governo, estações experimentais, bancos e agências de desenvolvimento. Dessa maneira, não só os serviços proporcionados por essas instituições serão melhorados, como também seu acervo pode ser utilizado como recurso, quando necessário, a fim de constituir um serviço de reserva e apoio para todo o país. Isso representa uma justificativa adicional para o planejamento coordenado e global.

Formas de atendimento

Os componentes de um serviço rural não são diferentes daqueles com que estamos familiarizados através da literatura sobre serviços rurais nos países mais desenvolvidos — bibliotecas subsucursais, bibliotecas ambulantes e bibliotecas nos centros das sedes municipais ou distritos, todas têm seu papel a desempenhar. Apesar da reivindicação que fiz antes de que é responsabilidade do bibliotecário levar serviços a pessoas em qualquer lugar onde vivam, isso é um ideal que quase com certeza não pode ser concretizado na África. A configuração do serviço provavelmente não será ditada pela localização das casas das pessoas ou povoados, mas pelo esquema de estradas trafegáveis o ano todo. Isso significa que o bibliotecário deve estar particularmente atento para a possibilidade de proporcionar serviços em locais onde as pessoas se congregam, como os mercados, que são de acesso mais fácil por estrada. Também signi-

fica que os serviços devem ser planejados e os equipamentos utilizados de forma flexível. A biblioteca ambulante, por exemplo, deve ser muito mais do que um veículo destinado a servir diretamente aos leitores; também deve ser um veículo de transporte que leve livros para pontos de serviço fixos em cidades maiores ou que proporcione coleções fixas temporárias a lugares provavelmente inacessíveis no início da estação chuvosa. O serviço de caixas de livros encontra sua justificativa em ocasiões como essas quando têm importante função a cumprir. A diferença importante disso para o tipo de serviço indiscriminado de caixas de livros que mencionei antes está no fato de que isso é estabelecido sob a supervisão de um bibliotecário, os centros são visitados regularmente e as caixas podem ser retiradas imediatamente se caírem em desuso.

Além do mais, o contacto regular que o bibliotecário responsável pela biblioteca ambulante mantém com os centros das aldeias, possibilita-lhe o desenvolvimento de relações com as pessoas. Por exemplo, seria totalmente coerente com as tradições orais da África se cada aldeia nomeasse, com o apoio do bibliotecário, alguns residentes que tivessem capacidade e estivessem dispostos a ler em voz alta para os outros, ampliando assim os benefícios do serviço bibliotecário para aqueles que ainda não têm a felicidade de saber ler.

A necessidade de cooperação

Ao planejar um serviço de bibliotecas rurais é importante — muito mais importante do que quando se trata de serviços urbanos — trabalhar em conjunto com outros órgãos que já operem nas áreas rurais. Desses o mais difundido é sem dúvida o serviço de ensino. Um serviço bibliotecário que for planejado abstraindo as escolas e sem utilizar as instalações com que elas contam, não será um serviço muito eficaz. É claro que se consegue alcançar uma coordenação com muito mais facilidade nos estados que reconheceram que as escolas devem ter responsabilidades perante a comunidade e onde o serviço bibliotecário assumiu a responsabilidade pela provisão de bibliotecas escolares. Mesmo, porém, onde isso não acontece, a oferta de uma coleção de livros a uma escola primária pode muitas vezes conquistar a cooperação de um diretor de modo que a biblioteca escolar se torna algo bem maior — torna-se a biblioteca da comunidade. Existem outras possibilidades. As bibliotecas ambulantes podem ser construídas de tal forma que podem funcionar normalmente seguindo uma rota e também podem transformar-se num veículo de serviço de biblioteca escolar, oferecendo um atendimento

direto às crianças ou funcionando como um veículo de exposição para a permuta de coleções de livros quando chegam a uma escola. Talvez o exemplo mais notável das vantagens de integrar os serviços de bibliotecas escolares e públicas seja a existência de uma biblioteca especialmente planejada para dupla finalidade. O funcionamento de bibliotecas de dupla finalidade acarreta problemas, mas se elas se acham corretamente localizadas, projetadas tendo em mente sua dupla finalidade, e contam com pessoal e acervos eficientes, elas podem ser um sucesso e o meio de proporcionar um serviço de bibliotecas públicas a pequenas comunidades que de outra forma teriam de esperar décadas (⁵).

O sistema de educação formal não é o único serviço que atua em áreas rurais. Alguns, como o serviço de alfabetização de adultos, educação pelo rádio e cursos por correspondência, criam demandas sobre o serviço sem oferecer o mesmo tipo de colaboração que as escolas podem dar. Mas são, evidentemente, serviços que o bibliotecário precisa conhecer para que possa compatibilizar com êxito o seu serviço com as necessidades da população.

Os programas de alfabetização de adultos também têm uma evidente implicação para o planejador de bibliotecas. Alguns projetos — os menos bem sucedidos — contentam-se em deixar com seus ex-alunos um manual de leitura pós-primário e a seguir mudar-se para outra área. Alguns, mais bem sucedidos mas ainda mal orientados, reconhecem a necessidade de fornecer aos novos alfabetizados um suprimento contínuo de material de acompanhamento e de tentar criar seus próprios serviços bibliotecários em miniatura. Um projeto que foi concebido e incluído no segundo Plano de Desenvolvimento Quinquenal do Serviço de Bibliotecas de Tanganica dizia respeito ao estabelecimento de uma biblioteca experimental junto com um centro de alfabetização. A idéia era simples. Numa aldeia maior previamente escolhida, a biblioteca proporcionaria recursos para a construção de um edifício básico contendo três áreas: uma sala para uma pequena biblioteca, uma sala de leitura que também poderia ser usada para ensino, e alojamentos para o professor de alfabetização e funcionário da biblioteca que seria fornecido pelo Projeto de Alfabetização, mas treinado pelo serviço de bibliotecas.

Pessoal

Ao mencionar o treinamento do alfabetizador em técnicas bibliotecárias simples sou levado ao último aspecto que quero salientar. É saudável lembrar que alguns dos melhores serviços de bibliotecas

do mundo foram inicialmente desenvolvidos por pessoas que não possuíam qualquer panóplia de qualificações profissionais formais. Isso não é para denegrir o valor da educação, mas simplesmente para emitir uma nota de advertência. Pode-se valorizar muito a conquista de títulos no papel que serão inúteis a menos que os conhecimentos acumulados e as aptidões que eles representam possam ser traduzidos em prática efetiva. Além disso, uma excessiva insistência em que o pessoal tenha as qualificações formais exigidas, na crença equivocada de que isso elevará o **status** do serviço ou da profissão, retardará o desenvolvimento e poderá resultar em frustração do pessoal. O que é necessário é uma criteriosa análise das aptidões que são exigidas para realizar as tarefas necessárias. Acho que se isso fosse feito se chegaria à conclusão, por exemplo, de que o desenvolvimento de um serviço de bibliotecas rurais requer muito mais investimentos no treinamento de pessoal de nível médio, que será preciso para preencher a grande maioria de cargos nas bibliotecas ambulantes, pequenas bibliotecas sucursais e bibliotecas de dupla finalidade. É provável que as demandas desses serviços nos primeiros decênios de desenvolvimento sejam comparativamente simples e, portanto, poderão ser satisfatoriamente atendidas com pessoal semi-profissional, desde que recebam treinamento adequado, sejam motivados pela ética de servir e sejam organizados e assessorados por pessoal profissional, criteriosamente distribuído de forma a dar-lhes seu apoio.

Conclusão

Concluirei com mais um exemplo. Tomado de novo da Tanzânia, mas creio que demonstra a forma como um bibliotecário atento pode ampliar serviços em cooperação com outros. Um dia li no jornal que os países nórdicos iriam financiar a construção de um novo complexo de múltiplas finalidades na Tanzânia, que seria formado de um grande centro de saúde (incluindo um pequeno hospital), um centro de treinamento para agricultores e uma escola secundária. Naquele mesmo dia consegui agarrar o diretor designado para esse projeto, que estava voltando para a Escandinávia, e lhe vendi a idéia de uma grande biblioteca para atender as necessidades de todas as três instituições e da comunidade que quase certamente se desenvolveria ao seu redor. Isso resultou finalmente numa bela biblioteca nova, situada entre a escola, a assembléia principal e prefeitura, e as lojas. O mérito pelo resto da história cabe ao bibliotecário indicado para

dirigir essa biblioteca, o qual, em decorrência dos contactos feitos enquanto proporcionava serviço ao centro de saúde, descobriu que havia um plano para instalar uma série de dispensários e clínicas-satélites em várias aldeias vizinhas, com pessoal itinerante recrutado entre o pessoal médico do centro de saúde que para lá se deslocaria. Como resultado disso, quando o jipe partiu para sua primeira clínica transportava não só pessoal médico e remédios, mas também um auxiliar de biblioteca e uma caixa de livros. E enquanto as pessoas aguardavam uma consulta tinham condições de examinar os livros e tomá-los emprestados, devolvendo-os quando de sua próxima consulta na clínica.

Omiti muitas coisas aqui, mas essa é uma bela história que pode servir de fecho à minha conferência e que comprova vários dos aspectos que tentei salientar: a necessidade de ter bibliotecários no local para detectar e tirar proveito das oportunidades, a necessidade de levar os serviços a locais onde as pessoas se reúnem e a absoluta necessidade de trabalhar em cooperação com outras entidades. Se este meu trabalho devesse ter alguma mensagem seria a seguinte: **Planejem com acerto, construam com sensatez, aproveitem todas as oportunidades, mas nunca trabalhem de forma isolada.**

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Num país como a Nigéria, que adotou uma estrutura federativa, as referências ao planejamento nacional poderiam, em muitos casos, também ser aplicadas ao planejamento estadual.
2. PENNA, C. V. **The planning of library and documentation services**. 2. ed. rev. and enl. by P. H. Sewell and Herman Liebaers. Paris, UNESCO, 1970.
3. **The next five years: a memorandum by the Director on the Board's development programme**. Tanganyika Library Services Board, August 1968. Inédito.
4. "... para destruir uma biblioteca é inteiramente desnecessário queimar os livros, basta simplesmente partir a coleção e espalhar suas partes componentes." **Apud SMITH, Oliph. Books in action**. In: Library Association Proceedings of the annual conference, 1955.
5. Notes on the design of secondary school libraries, with particular reference to those which will also be open to the general public. Tanganyika Library Service, September 1970. Também: JONES, A. C. Dual-use libraries. **Trends in education**, July 1973.

Abstract

The development of library services in rural areas

National planning for library services should always be discussed in relation to the country's plans for economic and social development. In practice, only developing countries implement such plans and most often it becomes nothing more than a dispute among different areas for the resources available, rather than an effort to identify and provide for areas of need. Forced to compete against areas of more apparent urgency, the librarian feels ill-trained and handicapped. Libraries can and should improve a wide range of services, contributing to the attainment of the overall objectives. Plans for library services should always be presented as an integrated whole. Rural library development must be placed in this general context. The responsibility for the provision of library services should be centered in a single governing body with a strong executive director. A set of priorities must be established, according to which existing services will be developed or discontinued. Problems of location of service units are also discussed. Decentralization of administration, control and development, and centralization of support services are recommended. The need to detect and exploit opportunities, to bring services to points where people gather, and the absolute necessity of working in cooperation are strongly emphasized.